

## Prefeitura Municipal de Extrema

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, s/n Tel./Fax.: (35) 3435-3620 CEP.: 37.640-000 Secretaria de Meio Ambiente

## Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental

## LICENÇA AMBIENTAL 002/2019

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 2°, incisos I e II, da Lei Municipal nº 1.606, de 04 de junho de 2001 e da Lei Municipal 1.829 de 17 de setembro de 2003 art. 8º incisos I, II e III combinado com o Decreto Municipal nº 1.782 de 01 de agosto de 2006, art. 6º, inciso II e VIII, concede à **PRL Administração Ltda (KSM LOG – Extrema),** CNPJ 04.172.850/0001-28, localizada na Estrada Luiz Lopes Neto, S/N, bairro Vargem do João Pinto, no município de Extrema/MG, a **Licença Prévia + Licença de Instalação (LP+LI), com validade até 08-02-2025**, para a atividade de Galpões industriais, comerciais e afins, inclusive condomínios empresariais, no município de Extrema, Estado de Minas Gerais, conforme processo 044/2018/001/2018.

Ressalta-se que a licença ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças e autorizações legalmente exigíveis.

Sem condicionantes

X Com condicionantes

(Válida somente acompanhada das condicionantes anexas)

O não atendimento das condicionantes do Anexo único implica na invalidação desta licença.

Extrema, 08 de Fevereiro de 2019

PAULO HENRIQUE PEREIRA PRESIDENTE DO CODEMA

11/02/2019 pp lelso Jazely hora

## ANEXO ÚNICO

Item	Descrição da condicionante	Prazo
01	Informar à Secretaria de Meio Ambiente quanto ao início das obras de terraplanagem e	Vigência da
	construção das instalações do empreendimento. <sup>1</sup>	Licença
02	Caso ocorram problemas de deflagração de processos erosivos, estes deverão ser sanados prontamente, com a reparação imediata dos pontos atingidos, priorizando a compactação e a revegetação em áreas em que possa haver formação de talude, com canaleta de retenção e/ou desvio com a finalidade de redução ou eliminação do potencial de risco quanto ao assoreamento de corpos hídricos. <sup>3</sup>	Vigência da
03	Realizar medida compensatória de natureza pecuniária pela supressão dos 05 (cinco) espécimes arbóreos indicados no Projeto Arquitetônico e Censo Florestal de Árvores Nativas Isoladas, referente a 390 (trezentas e noventa) UFEX, totalizando R\$ 1.150,50 (um mil, cento e cinquenta reais e cinquenta centavos), que deverá ser previamente recolhida ao Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMPSA), instituído pela Lei Municipal nº. 2.482/2009, e apresentar comprovante de pagamento. Para tanto, o depósito deverá ser realizado na conta bancária do FMPSA, Caixa Econômica Federal, Agência 2715, Operação 006, Conta Corrente 00.131-9; CNPJ 18.677.591/0001-00.1	Previamente a supressão
04	Realizar a delimitação e cercamento das áreas de preservação permanente da nascente e do curso hídrico existente no local, previamente ao início das obras de terraplanagem e de construção do galpão, apresentando relatório técnico fotográfico de execução. 1,2,3	Previamente ao início da terraplanagem
05	Realizar plantio de restauração da APP, conforme apresentado no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD do empreendimento. O monitoramento do plantio deverá ser realizado por 03 (três) anos, devendo apresentar relatório técnico-fotográfico semestral do desenvolvimento das mudas. <sup>1</sup>	Plantio e 1º Relatório: 360 dias/ Semestral / Durante 03 anos
06	Apresentar certificado de outorga do direito de uso de recursos hídricos estaduais, referente aos poços de captação em análise que abastecerão o empreendimento (processo nº 10.329/2018), bem como manter regularidade quanto à respectiva portaria de outorga. 1,3	180 dias / Vigência da Licença
07	Apresentar certificado de outorga de autorização de intervenção para desassoreamento e limpeza do córrego local ou documento equivalente do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, previamente ao início da intervenção no curso hídrico. 1,3	180 dias / Vigência da Licença
08	Realizar limpeza periódica dos reservatórios de efluentes sanitários e banheiros químicos e manter documentação comprobatória em pronta recuperação quanto a coleta, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados na limpeza. <sup>3</sup>	Vigência da Licença
09	Apresentar estudo de capacidade de suporte de carga do corpo receptor, conforme preconiza o artigo 21, §§ 1º e 2º, da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01/2008, devendo apresentar as coordenadas geográficas do ponto de lançamento final de efluentes no curso hídrico com representação em planta georreferenciada. 1	120 dias
10	Executar o Projeto do sistema de tratamento de efluentes sanitários do empreendimento, conforme proposto, e apresentar relatório técnico-fotográfico de implantação. <sup>1</sup>	Formalização da LO
11	Destinar adequadamente todos os resíduos sólidos gerados na fase de instalação do empreendimento, incluindo os resíduos Classe D — Perigosos, conforme CONAMA 307/2002, e apresentar inventário à Secretaria de Meio Ambiente, juntamente com comprovantes de destinação ambientalmente correta, ao fim da instalação do empreendimento. <sup>1</sup>	Formalização da LO / Vigência da Licença



Item	Descrição da condicionante	Prazo
12	Executar o sistema de drenagem de águas pluviais do empreendimento, conforme indicado	Formalização da
	no Projeto de Drenagem de Águas Pluviais, aprovado pela Secretaria de Obras e Urbanismo,	LO / Vigência da
	e apresentar relatório fotográfico da implantação do referido sistema. 1,2	Licença
13	Observar e respeitar os parâmetros estabelecidos pela Lei Estadual 10.100/1990 que dispõe	Vigência da
	sobre a poluição sonora no Estado de Minas Gerais.	Licença
14	Promover a umidificação das áreas sob movimentação de terra, especialmente nos períodos	
	mais secos, a fim de eliminar ou reduzir as emissões fugitivas de material particulado	Vigência da
	(poeira), que podem causar incômodos à população. 1	Licença
15	Realizar o monitoramento de materiais particulados em suspensão nos arredores da instalação do empreendimento, apresentando relatório à Secretaria de Meio Ambiente. <sup>1</sup>	Primeiro
		relatório: 60 dias
		a partir do início
		da obra /
		Semestral/
		Vigência da
		Licença
16	Celebrar Termo de Compromisso junto à Secretaria de Meio Ambiente para compensação	30 dias
	das emissões de gases de efeito estufa na fase de construção do empreendimento. <sup>1</sup>	
	Comunicar previamente a SMA referente a qualquer mudança na rotina operacional,	11:-0
	aquisição de novos equipamentos ou ampliação, tendo em vista que alterações podem	Vigência da Licença
	influenciar a geração de ruídos, bem como a geração de efluentes e resíduos. <sup>1</sup>	
	Publicar a obtenção da Licença Ambiental em periódico local e apresentar original da	20-11-
	publicação. <sup>1</sup>	30 dias

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> As documentações comprobatórias do cumprimento destas condicionantes deverão ser protocoladas na Secretaria de Meio Ambiente (SMA) nos prazos estipulados. OBS: Mencionar o número do processo (044/2018/001/2018) em todos os documentos a serem protocolados nesta SMA.

A vistoria será realizada no término do prazo de cumprimento da condicionante.

<sup>4</sup> O projeto deverá ser entregue a SMA para apreciação antes da implantação.

Extrema, 08 de Fevereiro de 2019

Presidente do

3

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Serão realizadas vistorias periódicas ao empreendimento. A documentação comprobatória do cumprimento destas condicionantes deverá ser mantida no empreendimento.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Recomendação da Equipe Técnica, baseada em últimos dados estatísticos em recentes publicações.